

SOBRE MÍDIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Entrevista para Rodrigo Prux de Oliveira da UNISINOS – 2008.

- Há um hiper-dimensionamento dos fatos violentos por parte da mídia? Essa superexposição é involuntária ou existem fatores editoriais, políticos, sociais e econômicos que norteiam a cobertura jornalística?

MR - A resposta para esta pergunta é "Sim" e "Não". Determinados fenômenos violentos aparecem de forma hiper-dimensionada na mídia; outros são subdimensionados ou mesmo não refletidos pelos noticiários. Assim, por exemplo, um homicídio como o que vitimou Isabella, uma criança de classe média em São Paulo, recebe uma atenção absolutamente desproporcional, enquanto a morte de centenas de crianças pobres - muitas vitimadas pela violência dos pais - não oferecem motivo para uma só matéria. Como regra, crimes violentos com resultado morte cujas vítimas são brancas e de classe média merecem mais atenção do que o mesmo tipo de crime cujas vítimas sejam pobres e negras. Roubos que evidenciam ousadia ou que alcançaram resultados econômicos expressivos costumam ser amplamente divulgados pela mídia; pode-se dizer o mesmo para casos que envolvem suspeita de homicídios múltiplos, ou para casos de crimes sexuais em seqüência que permitam lidar com a possibilidade da presença de um "maníaco". Por outro lado, a grande parte dos veículos de imprensa no Brasil tem oferecido pouca ou nenhuma importância para temas como a violência doméstica que vitima mulheres e crianças ou para a violência produzida pelo próprio Estado. Aqui estamos diante de critérios morais que "classificam" determinados atos violentos como mais graves do que outros e, no caso dos jornais, pelo menos, diante de opções editoriais que visam "dialogar" mais fortemente com os medos e valores do seu público; no caso, as classes médias.

- Pode-se atribuir o crescimento do setor de segurança privada a sensação de insegurança produzido pelo agendamento midiático?

MR - A sensação de insegurança é produzida por vários fenômenos e não apenas pela ação da mídia. Assim, por exemplo, quando as pessoas desconfiam das polícias - e elas possuem muitas razões para isso - passam a se sentir mais inseguras ou desprotegidas. Da mesma forma, a experiência de vitimização agrega medo e pode infelicitar as pessoas pela sensação comum às vítimas de que serão novamente "selecionadas" pelos criminosos. Não há dúvida, entretanto, que o enfoque sensacionalista produzido pela maior parte dos veículos de imprensa pode aumentar - e muito - a sensação de insegurança em uma sociedade dada. É o que tem ocorrido no Brasil, especialmente nos últimos 20 anos. É claro que se a ampla maioria das pessoas vive com medo, abre-se um mercado extraordinário para os serviços privados de segurança, um setor que têm crescido muito no Brasil e que já conta com mais de um milhão de agentes, praticamente o dobro dos efetivos policiais no Brasil. O mais grave é que o medo produz outros efeitos:

comunidades amedrontadas perdem poder, porque as pessoas – isoladas em suas casas – já não se reúnem, o que esvazia a vida comunitária e o poder de mobilização; ao mesmo tempo, quando as pessoas abandonam os espaços públicos por conta do medo – não estando mais nas ruas e nas praças, por exemplo, especialmente à noite – estas áreas ficam sem vigilância natural, o que cria uma circunstância favorável à ação de infratores. Assim, praças que não são mais frequentadas pelos moradores, são “adotadas” por traficantes.

- É possível o jornalismo nos convencer de que precisamos nos proteger com cercas elétricas, muros altos e seguranças particulares de uma situação de violência inexistente? De construir imaginários de medo nos indivíduos? Se existe essa influência, até que ponto vai o poder de agendamento da mídia sobre a sociedade?

MR - Não. A imprensa não é capaz de modificar o comportamento das pessoas se não lidar com fatos reais. Se o Brasil fosse um país com indicadores de segurança como os do Canadá, não haveria o espaço objetivo para a venda do medo. A mídia brasileira - grande parte dela, pelo menos - percebeu o espaço objetivo - real no sentido de que existe muita violência disseminada socialmente - e tratou de explorá-lo comercialmente. Assim, quanto mais medo as pessoas têm, mais os veículos dedicam espaço à violência e tanto mais mantém suas audiências ou seus leitores. Mas quando tratam da violência, os veículos não estão -como regra - comprometidos com a solução do problema. Em certa medida, a forma como tratam do tema agrava o problema.

- As notícias desses fatos conseguem trazer todos os elementos necessários para se discutir a violência na sociedade? Quais seriam estes elementos?

MR - Apenas excepcionalmente a mídia brasileira trata com acerto temas que envolvem crime e violência. A regra é a superexploração das circunstâncias trágicas, a construção de um tom altamente emocional - com o qual se produz identidade com as vítimas e ódio aos suspeitos, a reprodução acrítica das informações oficiais - especialmente aquelas divulgadas pelas polícias e pelo Ministério Público, a despreocupação em ouvir especialistas em segurança, criminólogos e pesquisadores; e a insistência em se retratar o crime ou a prática violenta como fatos desprovidos de história, completamente descontextualizados.

- Como o jornalismo pode abordar as questões de violência sem construir esses imaginários de medo, sem causar medo nas pessoas ou pelo menos reduzir essa sensação de insegurança? É possível abordar, por exemplo, a morte de Isabella Nardoni, a prisão de suspeitos no Complexo do Alemão ou os indultos dado aos presos em épocas de feriados de outra maneira, considerando fatores mercadológicos e a curiosidade do ser humano por tragédias e melodramas?

MR - A primeira preocupação da mídia deveria ser a de destinar um espaço menor para a notícia do crime e da violência. Penso que o ideal seria que os veículos dividissem seu espaço nesta área para três tipos de notícias: crimes praticados, crimes punidos e experiências exitosas de prevenção ao crime e à violência. Os dois últimos temas praticamente não existem na mídia brasileira. Ocasionalmente, muito ocasionalmente, temos boas matérias tratando de prevenção ou relatando condenações que não envolvam crimes que alcançaram alta repercussão na sociedade. A segunda preocupação deveria ser a de não divulgar imagens e nomes de suspeitos, como regra. Admito que existam situações onde isto seja impossível. Assim, por exemplo, se prefeitos, governadores, ministros ou parlamentares são acusados publicamente de envolvimento em práticas de corrupção, penso que integra a natureza daquelas funções públicas prestar também publicamente esclarecimentos sobre os fatos. A mídia, neste particular, pode ser decisiva exercendo seu papel de cobrança, auxiliando nas investigações, etc. Não vejo qualquer sentido, entretanto, em se expor publicamente os suspeitos em caso de crimes comuns, ainda que violentos. Nestes casos, o processo de divulgação dos nomes e das imagens dos acusados equivale à produção de uma "morte civil" destas pessoas que sequer foram julgadas. Além dos riscos que elas passam a correr (do linchamento à morte nas prisões), a divulgação produz um sofrimento que poderia ser evitado e, normalmente, atrapalha as investigações. No caso da morte de Isabella, parece evidente que o clima produzido pela mídia - que transformou o caso em uma novela - permitiu que policiais e promotores passassem a divulgar indícios como se fossem provas, além do conteúdo de depoimentos de testemunhas. Se os acusados são mesmo os responsáveis pela morte da menina, poderão ter sido beneficiados no julgamento por este tipo de precipitação, porque provas poderão ser recusadas. Investigação policial bem feita é investigação sigilosa. Sempre que a própria polícia se esquece disto, as chances de fazer besteira aumentam.

- Em uma palestra que acompanhei você citou uma pesquisa que pedia a duas comunidades (uma de classe média alta e tranqüila, e outra pobre e violenta) dizerem quais eram as prioridades de cada local. A primeira comunidade colocou como 1ª prioridade a segurança. Na comunidade pobre, onde havia muito mais violência, segurança apareceu como a 3º prioridade (atrás de saúde e emprego). Você acredita que isso aconteceu por quais motivos? A classe média tem mais acesso aos meios de comunicação do que a classe pobre e por isso sofre mais a influência da mídia?

MR - As classes médias possuem acesso a vários serviços públicos e possuem a chance de recorrer aos serviços privados sempre que não estiver satisfeita; os pobres, ao contrário, não possuem sequer o acesso aos serviços públicos. Então, se você mora na periferia, ter um posto de saúde aberto aos finais de semana pode ser a diferença entre a vida e a morte. Num bairro de classe média ou alta isto não faz a menor diferença, porque em uma emergência de saúde, a pessoa será levada de carro ao melhor hospital da cidade ou poderá contar com atendimento domiciliar de urgência assegurado por seu plano de saúde. Natural, então, que entre os pobres, as demandas por saúde, emprego,

educação e habitação sejam mais prementes, mesmo que suas regiões sejam infinitamente mais violentas que os bairros de classe média ou alta. Seja como for, há uma diferença enorme entre “sensação de insegurança” e “insegurança objetiva”.

- Este agendamento da mídia influencia também as políticas públicas de segurança?

MR - Influencia demais. Nossos governantes quase sempre não possuem a menor idéia do que seja "política de segurança" - o que, infelizmente, vale para os gestores na área também. Então, quando a imprensa oferece destaque a um tema na área da segurança pública, ele tende a ser tratado pelos governantes e pelos gestores com muita importância - ainda que o tema em si mesmo não tenha esta importância, ou que as providências exigidas pela mídia não sejam as mais adequadas ou estejam completamente erradas. O tipo de gestão que se constrói, então, é meramente reativa e tende a ser pautada pelos interesses dos mais poderosos. Aliás, isto tem ocorrido isto no RS de forma muito clara, já há algum tempo. Mas a mídia influencia as políticas de segurança também pelos seus silêncios, pelas cobranças que deixa de fazer, pela sua cumplicidade com a violência policial, pela sua postura de pouco profissionalismo ao não contar com jornalistas especializados em criminologia e sociologia da violência, por exemplo. Nossas empresas de comunicação costumam mandar profissionais para o exterior para que se especializem em jornalismo econômico, por exemplo. Possuem, em muitos outros campos, esta preocupação de lidar com critérios de excelência, mas não na área de segurança pública. Neste espaço, seguem normalmente reproduzindo o senso comum. O resultado é o que temos aí: com poucas exceções, a cobertura de violência e crime no Brasil segue sendo de baixa qualidade. Às vezes é até difícil conversar com alguns jornalistas sobre segurança pública, porque se percebe – pelas próprias perguntas – o quanto alguns profissionais de imprensa estão afastados do debate. É como se você estivesse assistindo a um jogo de futebol e alguém te perguntasse: “quem é a bola?”.